



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/09/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CNJ.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	5
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	6 - 8
3.3. DECISÕES.....	9
3.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	10
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. AÇÕES TJMA.....	11
4.2. SEM ASSUNTO.....	12 - 14
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. DESEMBARGADORES.....	15
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	16 - 17
6.2. COMARCAS.....	18
6.3. EXECUÇÃO PENAL.....	19
6.4. JUÍZES.....	20

Abertas inscrições para Prêmio Conciliar é Legal

Com os temas "Justiça cidadã, sociedade mais justa" e "Eficiência das estruturas da conciliação e mediação", o Prêmio Conciliar é Legal chega à sua terceira edição. Além das categorias Tribunal Estadual, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, já existentes, também estão contempladas, neste ano, as categorias acadêmicas de graduação em Direito e sociedade civil. As inscrições podem ser feitas até o dia 29 deste mês.

As inscrições ficam

abertas até o dia 29 deste mês. Os trabalhos deverão ser apresentadas por meio de ficha eletrônica disponibilizada no site www.cnj.jus.br ou por envio da inscrição para o e-mail premioconciliar@cnj.jus.br. A participação de um autor em um dos temas não exclui a inscrição de prática diversa no outro tema.

Na categoria sociedade civil, podem concorrer práticas de integrantes de organizações como comitês de mediação da Ordem dos Advogados do Brasil, ONGs,

faculdades de Direito e demais instituições que estiverem auxiliando os tribunais na implantação da Resolução 125/10 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado aos conflitos de interesse no âmbito do Judiciário.

A categoria flacadêmicos de graduação em Direito contempla apenas as monografias que versem sobre conciliação e mediação judicial e cidadania; que seja individual e inédita; escrita em língua portuguesa.

Os tribunais deverão realizar suas inscrições necessariamente por intermédio dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos de cada instituição. Essa categoria contempla os tribunais que se destacarem por criação, planejamento, implementação e institucionalização de práticas, que estejam de acordo com os temas propostos pelo prêmio. Aqueles que alcançarem os índices de composição mais elevados serão premiados independentemente de inscrição.

Membros do MPMA são homenageados com a Medalha do 4º Centenário

A condecoração foi entregue a autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, além de militantes sociais, educadores, empresários, esportistas, artistas, religiosos e lideranças políticas. A procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha foi uma das homenageadas. Do MPMA foram agraciados com a medalha do 4º Centenário, os procuradores de justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Maria Luiza Ribeiro Martins Cutrim, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, além dos promotores de justiça Luis Fernando Cabral Barreto Júnior e Márcio Thadeu Silva Marques.



Marcio Thadeu Marques, Francisco Barros, Regina Rocha, Maria Luiza Cutrim, Raimundo Nonato de Carvalho Filho e Fernando Barreto

Os procuradores de justiça aposentados Elimar Figueiredo de Almeida e Silva, Raimundo Ferreira Marques e Domingos Vieira Filho (em memória) completam a lista dos homenageados do Ministério Público do Maranhão.

Personalidades são homenageadas com a medalha do 4º Centenário



Governadora Roseana Sarney, os ministros Edison Lobão e Gastão Vieira o presidente do Senado, José Sarney e o deputado Arnaldo Melo com as medalhas do 4º Centenário de São Luis



Governadora Roseana Sarney e demais autoridades na solenidade de entrega da Medalha do 4º Centenário de São Luis



Governadora agradeceu ao Poder Judiciário a homenagem e estendeu a condecoração a todos os maranhenses



Senador José Sarney, um dos homenageados, com o ministro Gastão Vieira, o deputado Arnaldo Melo e o arcebispo de São Luis, Dom José Belisário na solenidade

Em sessão solene realizada no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, a Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou 400 personalidades maranhenses em comemoração ao quatrocentenário da cidade de São Luís. Foi uma noite histórica, em que representantes de diversos setores do Maranhão - da política à cultura, passando pelo esporte, meio ambiente e lutas sociais - estiveram reunidos em um mesmo espaço, demonstrando o carinho e a admiração por sua cidade.

Artistas representando a cidade de São Luís e a decoração especial, com carruagens e painéis do Centro Histórico, deram o toque de magia à festa, transportando os convidados para a antiga capital maranhense. Um momento de emoção arrancou aplausos calorosos da plateia, quando a cantora Fernanda Garcia entoou o hino Louvação a São Luís.

Entre as personalidades que foram agraciadas com a Medalha do 4º Centenário estão o presidente do Senado, José Sarney; a governadora Roseana Sarney; os ministros Edson Lobão (Minas e Energia) e Gastão Vieira (Turismo); a presidente do TRE, Anildes Cruz; a desembargadora Nelma Sarney, que na solenidade representou o Tribunal de Justiça; a procuradora-geral Regina Rocha; a presidente do TRT, Ilka Esdras Araújo e a presidente da Academia Maranhense de Letras, Benedito Buzar. Todos eles formaram a Mesa.

O ministro Edson Lobão foi convidado pelo presidente da AL, deputado Arnaldo

Melo, para entregar as medalhas para os membros da mesa, representando os demais homenageados.

O ministro também foi o primeiro a usar microfone. Num breve discurso, ele elogiou a iniciativa do Poder Legislativo em prestar tão merecida homenagem que tanto honra todos os agraciados. "É uma grande responsabilidade e motivo de orgulho estar aqui hoje, fazendo parte dessa noite homenagem".

Em seguida, foi a vez de a governadora Roseana Sarney usar o púlpito. Ela iniciou o discurso, destacando a vasta programação festiva no mês de setembro, realizada pelo governo, em comemoração aos 400 anos de São Luís.

Roseana disse ser um privilégio para todos os maranhenses poderem deliciar-se com este momento histórico de alegria. Ela destacou a bravura daqueles que lutaram e empreenderam para construir essa jóia, que o patrimônio histórico que São Luís.

O presidente da Casa, deputado Arnaldo Melo, encerrou a homenagem com uma síntese da gênese dos quatro séculos de história que se consagrou no longínquo dia 8 de setembro de setembro de 1612, dia em que a expedição francesa, comandada por La Ravardiere, chegou a São Luís.

"É um privilégio estamos aqui unidos para celebrarmos corpos, corações, mentes e memórias. Quatro séculos de história ao sabor de nossas emoções, numa noite de convergências em que gerações se encontram motivadas por uma cidade, permeadas de histórias, emoções e muitas lembranças", disse Arnaldo Melo.

Entre os 400 homenageados estão jornalistas, personalidades políticas, representantes da classe empresarial, da cultura, dos movimentos sociais, professores, médicos, intelectuais, religiosos em vida e em memória.

Após o encerramento da sessão solene, foi servido um coquetel aos convidados.

Personalidades destacam importância da homenagem

Dentre as 400 pessoas homenageadas pela Assembleia Legislativa, como parte da programação da Casa alusiva às comemorações dos 400 anos de São Luís, várias autoridades aproveitaram para agradecer e destacar a importância do quarto centenário da capital maranhense.

Natural de Pinheiro, na região da Baixada, o presidente do Congresso Nacional, o senador José Sarney (PMDB-AP) falou de sua relação afetiva com São Luís, cidade onde completou seus estudos e iniciou a carreira política de mais de cinco décadas. "Sem dúvida alguma essa homenagem que a Assembleia faz é um ponto marcante nas homenagens que nós fazemos à cidade de São Luís. Todos nós que fomos privilegiados por Deus, em viver estes dias e testemunharmos o aniversário desta cidade, cuja história é tão poderosa e que tem um povo tão bom e ao mesmo tempo por aqui sempre passaram as grandes figuras do país e expressões maiores da cultura nacional. São Luís é para todos nós uma cidade que nos encanta e que

todo maranhense tem um especial carinho, a cidade de nosso coração".

Sua filha e governadora do Estado, Roseana Sarney (PMDB), também agradeceu bastante a homenagem, mas preferiu reparti-la com toda a população do Estado. "Me sinto gratificada em receber esta medalha de um poder, que é a Assembleia Legislativa do Maranhão e estendo essa homenagem a todos os maranhenses, que me possibilitaram, através de minha eleição para governadora, fazer o bem para meu Estado e merecer esta medalha. Essa não é minha medalha, são de todos os maranhenses", disse.

Dois ministros de Estado também foram agraciados com a medalha, Edison Lobão (Minas e Energia) e Gastão Vieira (Turismo). O primeiro falou sobre a grande responsabilidade que cada um dos homenageados recebeu com a medalha. "Cada um de nós que a recebe terá que ter a consciência de que ela pertence não a ele e sim a todos os maranhenses", afirmou, enquanto que o segundo, destacou a verdadeira demonstração do Legislativo Estadual em valorizar as pessoas que contribuíram na 'construção' de São Luís. "Tenho um sentimento muito próprio ao receber uma homenagem da Assembleia Legislativa, porque sou ex-parlamentar estadual. Acho que a Assembleia dá uma enorme demonstração em ter a iniciativa de homenagear as pessoas que ajudaram esta cidade, que a valorizam e que amam esta cidade", disse Vieira.

Novo sistema do TJ permite o acesso a processos via web

Nova versão do sistema eletrônico de processos, o Themis SG Web, já está funcionando em caráter experimental

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já funciona, em caráter experimental, com a nova versão do sistema de gerenciamento eletrônico de processos da Justiça de 2º Grau – Themis SG Web –, que permite o acesso a processos pela internet.

“A medida representa mudança de paradigma e é um importante passo rumo ao processo eletrônico na Justiça maranhense. Com isso, queremos tornar mais ágeis e produtivas as rotinas de trabalho no Judiciário”, diz o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

A nova versão do Themis SG chega reformulada em interface e funcionalidades. As alterações incluem a geração de relatórios precisos e de forma automática, e dados estatísticos em tempo real da planilha mensal de produtividade enviada ao CNJ pelos gabinetes dos desembargadores.

“A nova ferramenta é um avanço importante no desenvolvimento de sistema prático, seguro e eficaz para o gerenciamento de processos da Corte”, salienta a diretora judiciária do TJMA, Denyse Reis Batista.

Processos - Outra mudança patrocinada pelo TJMA, e também em funcionamento, é a emissão automática do ofício e da certidão do trânsito em julgado dos processos encaminhados pelo tribunal aos locais de origem.

A Justiça ganha em agilidade com a medida. Um exemplo: o encaminhamento de 20 processos para o juiz de origem - que antes

levava em torno de 10 dias - ocorre agora em menos de uma hora.

O acompanhamento processual reformulado permite a emissão de relatório com nova formatação. Esse procedimento evita que o servidor seja obrigado a consultar um processo de cada vez para conhecer informações sobre autos em poder dos advogados e com prazos já vencidos.

“

A medida é um importante passo rumo ao processo eletrônico da Justiça maranhense”

Desembargador Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Oswaldo Ceará/Ascom



Guerreiro Júnior diz que as rotinas de trabalho serão mais ágeis

MP denuncia todos os 13 acusados pela morte de Décio Sá

Envolvidos poderão ser pronunciados a júri popular, disse a delegada-geral Maria Cristina Meneses, que confirmou a denúncia da promotoria. **Polícia 6**

MP denuncia à Justiça envolvidos na morte do jornalista Décio Sá

Treze pessoas indiciadas no inquérito policial que investigou o crime foram denunciadas pelo promotor Luiz Carlos Duarte, entre elas o advogado Ronaldo Ribeiro, dois policiais civis e outro envolvido cujo nome ainda não foi revelado

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia



O Ministério Público Estadual ofereceu na quinta-feira (6), à 1ª Vara do Tribunal do Júri, a denúncia formal contra as 13 pessoas indiciadas no inquérito que investigou o assassinato do jornalista Décio Sá, de 42 anos. A assinatura da peça, cuja competência é do promotor Luiz Carlos Duarte, foi confirmada ontem pela delegada-geral de Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Meneses, que já adiantou a possibilidade de os acusados serem pronunciados a júri popular.

“Geralmente, quando o Ministério Público faz a denúncia ao Poder Judiciário é porque todas as provas colhidas durante a confecção do inquérito policial satisfizeram e foram consideradas robustas o suficiente para este avanço no processo. É possível que a Justiça veja necessidade de novas diligências ou ainda de novos interrogatórios dos denunciados. Após esta etapa, é feita a sentença de pronúncia. Isto é, todos os denunciados passam a ser réus”, disse Meneses.

No dia 17 de agosto, quando a Polícia Civil encaminhou à Justiça o inquérito sobre a morte de Décio Sá, quatro dos 13 indiciados não tiveram seus nomes revelados. Ontem, a própria delegada-geral confirmou três deles. O primeiro foi o do advogado Ronaldo Ribeiro, responsável pela causa de dezenas de prefeituras muni-

cipais no estado, que também já teve envolvimento confirmado com a rede de agiotagem que financiou a morte do jornalista.

Esquema - Ronaldo Ribeiro é citado em depoimentos no esquema do empresário agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, um dos mandantes da morte do blogueiro. Nos depoimentos colhidos pela polícia, o nome do advogado aparece como uma espécie de recepcionista, em seu escritório, de pelo menos um encontro entre o agiota e o também empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, um dos principais intermediadores da morte do jornalista.

Conforme as oitivas, no escritório de advocacia foram tratados assuntos referentes ao pagamento pela morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado com três tiros na cabeça, no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI. Em outro encontro, o diálogo teria sido entre Gláucio Carvalho e o próprio Décio Sá, para que o repórter da editoria de Polícia de *O Estado* parasse de publicar matérias sobre a relação do empresário com a agiotagem.

Outros dois nomes citados por Maria Cristina Meneses confirmados na denúncia do MP foram os dos policiais civis Alcide e Jorge Durans, lotados na Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Segundo foi apurado no inquérito, a dupla de investigadores teria testemunhado e presenciado reuniões com Gláucio Carvalho, depois que o empresário agiota tomou conhecimento de que sua

morte estaria sendo encomendada por Fábio Brasil, por causa de dívidas.

O quarto indiciado, e agora denunciado pelo Ministério Público, não teve o nome revelado pela chefe da Delegacia Geral de Polícia Civil. Ontem à tarde, **O Estado** esteve no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde fica a sede da 1ª Vara do Tribunal do Júri. Porém, devido ao feriado, não encontrou disponível o documento público. A peça encaminha pelo MP, claro, também denuncia todos os integrantes (presos e foragidos) da quadrilha.

Denunciados - Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, o pistoleiro paraense que confessou ter efetuado os cinco disparos de pistola calibre ponto 40 contra Décio Sá - acertando três tiros na cabeça do blogueiro -, encabeça a lista de denunciados. Na sequência está o pai de Gláucio Alencar, o também agiota José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, com quem a polícia apreendeu os 37 talonários de cheques em brancos, porém, assinados por gestores de prefeituras municipais.

Também estão entre os denunciados alguns assessores da rede de agiotagem, que ajudaram a contratar o matador. Fizeram esse trabalho os empresários Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bucheche*, de 32 anos, preso durante a Operação Detonando, realizada no dia 13 de junho; e o empresário Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, de 27 anos, que não foi encontrado em seu endereço, na cidade de Santa Inês, onde é dono de uma distribuidora de bebidas.

Também estão na denúncia

do MP outros dois foragidos da Justiça do Maranhão. Elker Farias Veloso, conhecido como *Diego*, de 26 anos, identificado como piloto de fuga do executor; e um homem conhecido apenas como *Neguinho*, que teria apresentado o pistoleiro paraense ao restante do bando. A sexta pessoa denunciada é o subcomandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o Fábio Capita, de 36 anos.

Segundo investigou a polícia judiciária, o oficial teve o seu nome citado pelo executor do crime como a pessoa que teria fornecido a arma do crime. Formada por 1970 páginas, distribuídas em 31 volumes, todo o inquérito sobre a morte de Décio Sá foi entregue à juíza Ariane Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri.



Advogado Ronaldo Ribeiro, que está sendo investigado por crime de agiotagem, também foi denunciado

Mais

O promotor Luiz Carlos Duarte, que assina a denúncia, não foi encontrado para falar sobre o avanço no processo dos 13 envolvidos na morte de Décio Sá. O representante do Ministério Público só se manifesta segunda-feira (10), após o feriado prolongado.

Pistoleiro transferido

O pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva foi transferido na manhã do dia 25 de agosto para o Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. O pistoleiro seguiu em um voo comercial da Gol Linhas Aéreas, escoltado por três agentes da Polícia Federal. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a transferência do assassino de Décio Sá foi estratégica e teve como objetivo preservar a vida do criminoso, que colaborou com as investigações e poderia ser executado dentro do Presídio São Luis, em Pedrinhas.

Jhonatan saiu da sede da Polícia Federal (PF), no bairro Cohama, onde estava preso, em uma viatura do Grupo Tático Aéreo (GTA). O comboio da carceragem que escoltou o assassino até o Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, no Tirirical, foi composto, ainda, por outras três viaturas. O criminoso foi conduzido até a aeronave antes do embarque dos demais passageiros, e entrou pela porta traseira, segundo informações da SSP para viajar na última fileira por causa da proximidade com o banheiro, e para não chamar a atenção dos demais passageiros.

Na disputa

Na semana passada, a coluna divulgou que a prefeita de Anapurus, Tina Monteles, havia sido cassada por decisão do Tribunal de Justiça.

Como a prefeita é candidata à reeleição, a interpretação dada por adversários foi a de que ela teria sido cassada pela Justiça Eleitoral, estando, portanto, fora da disputa.

Nada disso. A decisão já foi suspensa por força de liminar, e Tina Monteles continua no cargo e na corrida eleitoral.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 11301-39.2010.8.10.0001 (109892010)

AÇÃO: Procedimento Ordinário

PARTE(S) REQUERENTE(S): LUIS AUGUSTO DE MORAES REGO LAGO

PARTE(S) REQUERIDA(S): POI SERVIÇOS GERAIS LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protasio dos Santos Junior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADO** a parte requerida, **POI SERVIÇOS GERAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado., inscrita no CPF sob o nº. 12.097.150/0001-44, atualmente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação, e, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, tudo nos termos da petição inicial, anexa por cópia e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO: "Defiro o pedido retro e, por conseguinte, determino que seja procedida a citação por edital, com prazo de 30 dias, da requerida, devendo o requerente comprovar a sua publicação em jornal de circulação diária, bem como a Secretaria deve atentar para os requisitos do art. 232 do CPC.Cumpra-se."**. Caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume. E que seu prazo correrá da publicação assim que decorrerem os 15 (quinze) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O que se **CUMPRÁ** nos termos e na forma da Lei. Fica cientificado que esta Secretaria e Juízo funcionam na **Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau - 6º andar, Cep : 65076-820 - São Luís - Ma, FONE.: 98.3194-5483/e-mail.: secciv6_slz@tjma.jus.br**. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo em 21 de agosto de 2012. Eu, _____ Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível



■ CARREIRA

Trabalho na Justiça

Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) inscreve voluntários para centros judiciários que serão criados ainda este mês em São Luís

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) continua a receber inscrições de bacharéis e acadêmicos de Direito (a partir do 8º período) para atuarem como voluntários em audiências, mediações e conciliações nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos de São Luís.

Cinco centros de Solução de Conflitos definidos para a capital serão instalados este mês. Na semana passada, o tribunal inaugurou o segundo centro de Imperatriz, a segunda maior comarca do Estado.

As inscrições devem ser enviadas ao presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida (gabjose-luiz@tjma.jus.br), com anexos de RG, CPF e diploma de graduação digitalizados.

A atuação é reconhecida como prática forense para bacharéis, e atividade acadêmica complementar para estudantes de Direito. A convocação é regulamentada pela Resolução nº 125/2010, do CNJ.

“Com a instalação de centros judiciários na capital e comarcas do interior, o tribunal quer desburocratizar a Justiça e facilitar o acesso do cidadão aos serviços do Judiciário, por meio de política proativa de conciliação”, explica o presidente do TJMA, desembargador Antônio

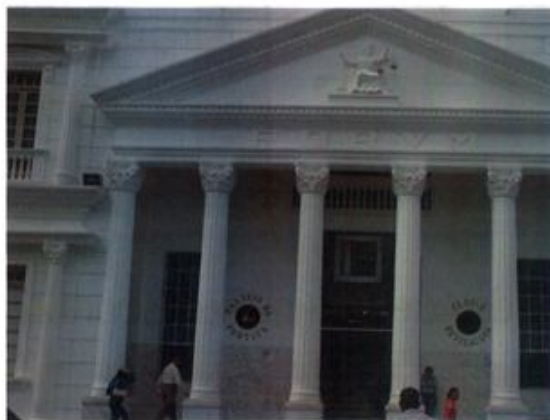
Guerreiro Júnior.

De acordo com José Luiz Almeida, após a instalação das unidades de São Luís, o Núcleo partirá para os centros judiciários no interior do Estado.

“Vamos fazer funcionar bem as cinco unidades de São Luís e dar assistência ao Centro de Imperatriz. A etapa seguinte será a interiorização”, justifica.

Três Centros de Solução de Conflitos viabilizam parceria com o Uniceuma, e vão funcionar nos campi do Renascença, Cohama e Anil. Os outros dois devem ser abertos no Fórum de São Luís e no prédio da creche Judith Pacheco, do TJMA (Rua do Egito, Centro).

Os centros têm funcionamento simples. Caso o cidadão com problema de ordem cível procura a unidade judiciária, a outra parte é convidada para conciliar. No local, ambos recebem orientação. Acordo formalizado, a homologação caberá ao juiz supervisor, em ato com força judicial.



O TJMA irá instalar cinco centros de Solução de Conflitos em São Luís. Os interessados devem estar cursando o 8º período do curso de Direito

8º

período do curso devem estar cursando os interessados nas vagas

400 ANOS

Crescimento exponencial

São Luís passou 300 anos em expansão vegetativa para, a partir dos anos 1970, romper o confinamento dos rios Anil e Bacanga e viver boom imobiliário



SANDRA VIANA

Conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em São Luís, vivem 1.014.837 habitantes. São mais de 1.226 habitantes por cada quilômetro quadrado de um total de 827,141. Mas nem sempre foi assim. Quando os primeiros franceses desembarcaram aqui, e depois portugueses e holandeses, a Upaon-Açu, ou Ilha Grande, em tupinambá, era habitada por 200 a 600 índios, segundo alguns cronistas franceses. Outros registraram até 10 mil indígenas, distribuídos em 200 aldeias.

A cidade propriamente dita se formou após a expulsão de franceses e holandeses em torno do reduto onde hoje está a Praça Pedro II, que abriga as sedes dos Poderes Executivo (municipal e estadual) e Judiciário.

As primeiras plantas da cidade foram elaboradas em plano retangular, conservado até hoje. Os franceses ergueram o primeiro povoado da futura São Luís com a instalação de um forte onde hoje é o Palácio dos Leões, e se expandiu à atual Praia Grande. O forte foi ali instalado por questões estratégicas militares, pois dali era possível observar o ir e vir das embarcações, quem entrava e saía da cidade e para montar defesa.

"A partir daquele núcleo central, a cidade vai avançando. Se olharmos da Igreja da Sé observamos o desenho retangular interligando os poderes constituídos. Temos aí uma leitura simbólica", diz o historiador e professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Manoel de Jesus Barros Martins. Estes são a igreja (Catedral da Sé), Justiça (Tribunal de Justiça) e as gestões estadual (Palácio dos Leões) e municipal (Palácio La Ravardiere). O

historiador enfatiza ainda a peculiaridade da capital, comparando a outras cidades históricas. São Luís conserva elementos da colonização portuguesa que reforçam a cultura, costumes, hábitos e a identidade como histórica: a azulejaria, o calçamento de paralelepípedos, os casarões, ruas de ladeiras, etc. "O traçado permeia a cidade e a Praia Grande é um desses blocos", explicou o historiador.

Expansão

A cidade cresceu muito e rapidamente, a partir da década de 1970, com a construção da Barragem do Bacanga e Ponte do São Francisco. Aos 400 anos, São Luís experimenta o impacto do mercado imobiliário com uma série de empreendimentos e, paralelamente, é um canteiro de grandes obras públicas que prometem resolver o problema de mobilidade. Áreas antes não visadas se mostram potenciais e despontam como alternativa para moradia e desenvolvimento de negócios. Em parte, esse processo vem demandando desapropriações e comprometendo áreas de preservação. Por outro lado, o cenário vislumbra a ascensão econômica da cidade e impulsão dos demais setores.

A falta de planejamento trouxe um crescimento horizontal de forma desordenada e que se mantém com a expansão vertical. A consequência foi a criação de bolsões populacionais e estabelecimento de grandes aglomerações como a Cidade Olímpica e Cidade Operária. Os que possuíam mais posses se retiraram da área central para a Ponta d'Areia e Calhau. "Por isso, essa área do Centro está minimamente preservada. Mas, até hoje, é a área que concentra as oportunidades de emprego e serviços", diz o historiador.

Há pontos em que as áreas se confundem, a exemplo dos bairros Araçagi e Cohatrac, que abrangem tanto a capital, quanto São José de Ribamar. Outro problema é des-

truição da cobertura vegetal em detrimento às construções, que deixam a cidade mais quente a cada dia. Tal destruição atinge, inclusive, áreas de reserva, desconsiderando as leis ambientais. "A tendência é termos uma cidade totalmente desprotegida devido à desordenada ocupação horizontal", disse o historiador. Ele salienta que a orla começa a sofrer a mesma ação com a verticalização, que em curto prazo formará "uma cortina de prédios ao longo da área".

Para o arquiteto e mestre em planejamento urbano Gustavo Martins Marques, esse crescimento vertical ainda não representa grande impacto para a cidade. "Há edificações

desta modalidade que geram problemas; outras não. Não se pode generalizar", diz. A questão de uso do solo urbano, avalia, envolve não só a verticalização, mas o respeito à legislação e ao meio ambiente, pontua o arquiteto. E afirma o transporte coletivo, vias de acesso e mobilidade são os problemas mais notórios da capital. O desrespeito à Lei de Zoneamento, aponta, ocorre tanto em construções horizontais, quanto verticais; em obras de grande e pequeno porte. "Não seria a construção de um prédio o maior problema. A questão é que não é respeitada a legislação que prevê, por exemplo, faixas de domínio nas avenidas", diz.

Desrespeito

O urbanista cita como exemplo as grandes avenidas da capital – Holandeses, Daniel de La Touche, Jerônimo de Albuquerque, Colares Moreira, Portugueses, Africanos – segundo ele, todas desrespeitam essa faixa. "Essa lei é anterior a todas essas edificações. Na década de 70, ela já determinava a reserva destas faixas", pontua. A faixa de domínio é o trecho que vai da avenida à sua lateral. Sem esta, o processo de alargamento das vias demandou desapropriações e maiores

orçamentos. "Houve um desrespeito à lei. À época, estas avenidas eram estradas e não existiam os prédios. Se a faixa de domínio fosse mantida, hoje, o alargamento dessas vias e essas obras seriam possíveis sem grandes transtornos e com economia de recursos", explica.

Regulação do espaço

A Lei de Zoneamento é instrumento municipal de planejamento urbano difundido no século XX, que regula o uso e ocupação do solo urbano. A lei determina essa utilização com base na função (residenciais, comerciais, industriais ou mistas); taxa de ocupação (número de pavimentos); gabarito (tamanho das construções); e número de habitantes. O zoneamento tende a promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, com fins a diminuir custos e desperdícios, além de implantar formas sustentáveis de uso dos recursos naturais. A Lei de Zoneamento de São Luís, nº 3.253, criada na década de 1970, prevê proteção paisagística, aos monumentos históricos, tombados e à área do aeroporto. A lei passou por revisão na década de 1990. Uma das mudanças diz respeito ao gabarito dos prédios (limitação efetiva do tamanho das construções), que agora, podem ultrapassar os 15 andares.

A DISTRIBUIÇÃO

São Luís ocupa a maior área da ilha

MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	% TOTAL	POPULAÇÃO (2010)	% TOTAL
Paço do Lumiar	132,410	9,39	104.881	7,9
Raposa	64,182	4,55	26.280	1,97
São José de Ribamar	386,282	27,39	162.925	12,27
São Luís	827,141	58,66	1.014.837	76,44
TOTAL		1.410,015		1.327.495



A nova São Luís é fenômeno recente, com pouco mais de 40 anos: construção da Ponte do São Francisco e da Barragem do Bacanga possibilitaram expansão territorial



Há pouco mais de 100 anos, na Avenida Dom Pedro II, destacavam-se prédios baixos que ladeavam uma alameda arborizada e o pavimento de paralelepípedos: hoje o calçamento é outro e as árvores rarearam



Mapa da época em que França, Portugal e Holanda disputavam o Maranhão mostra confluência dos rios e ilha de São Luís

Maranhão

Imperatriz, Pedreiras, Barra do Corda e Bacabal têm novos juízes

Os juízes Marco Adriano Ramos Fonseca, Marcelo Testa Baldochi, Antonio Elias de Queiroga Filho e Marcelo Silva Moreira foram empossados na quarta-feira, 5 em novas comarcas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, que desejou a eles sucesso nas novas funções. "As promoções, só serão viabilizadas após o período eleitoral, para que não ocorram prejuízos à Justiça e Democracia", anunciou Guerreiro Júnior ainda na sessão administrativa que antecedeu os atos.

Marco Adriano Ramos Fonseca tomou posse na 1ª Vara de Pedreiras. "Assumo a nova comarca com o compromisso de conseguir um bom desempenho, por meio de novas estratégias a serem discutidas com os servidores", ressalta. O magistrado infor-



O presidente Guerreiro Júnior com juízes promovidos e que só assumem novas comarcas após eleições

mou que cerca de 1.400 processos estão em andamento em Bacuri, onde é titular.

Marcelo Baldochi passa a atuar na 3ª Vara de Família de Imperatriz. "Deixo a comarca de Senador La Roque em situação processual

organizada, com 200 processos tramitando regularmente. Na nova comarca terei o mesmo empenho, colocando as pautas de audiências em dia e dando celeridade aos processos", afirma.

Antonio Elias de

Queiroga Filho foi empossado na 1ª Vara de Barra do Corda, para onde foi promovido pelo critério de merecimento. Em três anos de trabalho, o juiz diz que encontrou a comarca de Pio XII com 3 mil processos. Deixa a comarca com cerca de 1.400 processos. "Trabalhamos bastante para atingirmos essa média. Continuaremos lutando por uma Justiça mais ágil".

Promovido por merecimento, Marcelo Moreira irá para o Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal. "A exemplo de Barreirinhas, atuaremos com idêntico empenho e dedicação em Bacabal", garante.

Participaram da posse o desembargador aposentado Mário Lima Reis, os juízes Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho (auxiliares da presidência) e José Brigido Lages (presidente da AMMA).

Corregedor participa de implantação de Centro de Solução de Conflito em Imperatriz

“É um instrumento de grande valia para a Justiça, cujo objetivo maior em tempos atuais, é solucionar conflitos através do diálogo”: Quem afirma é o desembargador Cleones Carvalho Cunha, corregedor-geral da Justiça, que prestigiou nesta semana a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na FACIMP - Faculdade de Imperatriz.

O objetivo é auxiliar o Judiciário no sentido de orientar a comunidade e atender juizados e varas das áreas: Cível, Fazendária, Previdenciária e de Família por meio de audiências de conciliação e mediação. “Esses centros são uma iniciativa fantástica do judiciário maranhense. Vão revolucionar a forma de fazer justiça, dando ênfase ao consenso e às resoluções pacíficas de conflitos”, destaca o juiz Néelson Melo Moraes Rego, que também esteve presente à implantação do Centro.

Além do Centro de Imperatriz, outros quatro estão previstos para funcionar na capital: Fórum Desembargador Sarney Costa, no

prédio da creche Judith Pacheco do Tribunal de Justiça (Rua do Egito), e nos campi do Uniceuma do Renascença e Cohama. “Existe um convênio entre as universidades e o Judiciário e é um acordo no qual todos sairão ganhando: sociedade, estudantes das faculdades de Direito e, naturalmente, o Poder Judiciário como um todo”, exaltou Cleones.

Sobre o convênio com as universidades parceiras, elas encaminharão voluntários, estudantes de Direito, para que eles atuem como conciliadores e mediadores de conflitos. “Esses centros desburocratizam a justiça e facilitam o acesso do cidadão, pois funcionam com base na política proativa de conciliação, que deve ser incentivada pelo Judiciário, a exemplo do que faz a gestão do presidente do TJ, Guerreiro Júnior”, explicou o desembargador José Luiz de Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, responsável pela instalação dos centros em todo o Estado.

Gerenciamento de processos (I)

O Tribunal de Justiça já funciona, em caráter experimental, com a nova versão do sistema de gerenciamento eletrônico de processos da Justiça de 2º Grau – Themis SG Web –, que permite o acesso a processos pela internet.

“A medida representa mudança de paradigma, e é um importante passo rumo ao processo eletrônico na Justiça maranhense. Com isso, queremos tornar mais ágeis e produtivas as rotinas de trabalho no Judiciário”, diz o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

A nova versão do Themis SG chega reformulada em interface e funcionalidades. As alterações incluem a geração de relatórios precisos e de forma automática, e dados estatísticos em tempo real da planilha mensal de produtividade enviada ao CNJ pelos gabinetes dos desembargadores.

Gerenciamento de processos (II)

“A nova ferramenta é um avanço importante no desenvolvimento de sistema prático, seguro e eficaz para o gerenciamento de processos da Corte”, salienta a diretora Judiciária do TJMA, Denyse Reis Batista.

Outra mudança patrocinada pelo TJMA, e também em funcionamento, é a emissão automática do ofício e da certidão do trânsito em julgado dos processos encaminhados pelo TJMA aos locais de origem.

A Justiça ganha em agilidade com a medida. Um exemplo: o encaminhamento de 20 processos para o juiz de origem – que antes levava em torno de 10 dias – ocorre agora em menos de uma hora.

O acompanhamento processual reformulado permite a emissão de relatório com nova formatação. Esse procedimento evita que o servidor seja obrigado a consultar um processo de cada vez para conhecer informações sobre autos em poder dos advogados e com prazos já vencidos.

Comarca de Raposa solicita 2ª vara ao Tribunal de Justiça

A juíza Rafaella de Oliveira Saif solicitou, durante reunião no Tribunal de Justiça, a elevação da comarca de Raposa de entrância inicial para intermuniária, com a criação de uma 2ª vara. O pedido já foi feito através de ofício, destacando, entre outros pontos, o acervo processual da unidade judicial, que conta atualmente com mais de 3.500 processos, e uma distribuição mensal de 100 processos.

“Houve um acréscimo de distribuição, desde a instalação da comarca em 2007, da ordem de 350%, e o Corregedor declarou que nosso pedido teria apoio da Corregedoria, desde que a Comarca apresentasse número de processos compatíveis com as comarcas de entrância interme-

diária. Na reunião que fizemos semana passada, reafirmamos nossa solicitação. Vale frisar que o atual Fórum tem estrutura física para mais de uma Vara, fazendo-se as devidas adaptações”, observou Rafaella Saif.

No ofício enviado ao Tribunal de Justiça, a magistrada cita o crescimento populacional do município de Raposa, que conta atualmente com mais de 26 mil habitantes, conforme dados do IBGE. Cita, ainda, que outras comarcas do interior, com número de habitantes inferior, já possuem duas varas. O documento destaca, ainda, que a demanda cresceu e vai continuar crescendo, haja vista que em Raposa a Defensoria Pública tem até sede própria.

Outro ponto observado no ofício ressalta a importância da comarca de Raposa no cenário da Justiça no Estado: “(...) Ressalte-se que a comarca de Raposa foi escolhida como projeto-piloto para a implantação do PJE, Processo Judicial Eletrônico, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, o que demonstra a relevância e a importância da comarca (...)”.

A reunião no Tribunal de Justiça contou com a juíza da comarca, Rafaela Saif, com a desembargadora Maria dos Remédios Buna, vice-presidente do TJ, com os desembargadores Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, e com o corregedor-geral da Justiça Des. Cleones Cunha.

Solenidade marca encerramento do Mulheres Mil na Penitenciária Feminina

Dois dias de festa para as egressas e internas da Penitenciária Feminina de Pedrinhas. O Instituto Federal do Maranhão (Ifma) recebeu a turma de egressas da Penitenciária Feminina, para entrega de certificados do curso ofertado pelo Programa Mulheres. Na semana passada, quem celebraram o fim do curso foram as internas da unidade que também receberam seus certificados.

O Projeto Mulheres Mil do governo federal é executado pelo Instituto Federal do Maranhão (Ifma) e, em parceria com a Secretária de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, tem como foco as egressas e familiares do sistema prisional.

"O Mulheres Mil já havia sido realizado para internas de outros estados, mas é a primeira vez que fazemos o projeto com ex-internas do sistema e isso com certeza já é um marco. Auxiliar na volta dessas mulheres ao mercado de trabalho é com certeza gratificante", revelou a coordenadora estadual do Programa, Maria Tereza Fabro.

Estiveram presentes na so-



J. ROBERTO

Internas da Penitenciária Feminina com superintendentes das unidades da Capital e Interior, Fredson Maciel e Alfrânio Feitosa

lenidade de entrega dos certificados no auditório do Ifma, no Campus Monte Castelo, a subsecretária de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Leopoldina Amélia Barros; a reitora em exercício do Instituto Federal do Maranhão e o pró-reitor de extensão, Marise Piedade Carvalho e Marco Torreão; Licia Dias, do Tribunal de Justiça, re-

presentou o juiz Jamil Aguiar; o defensor público, Alberto Bastos; o juiz Douglas de Melo Martins e demais envolvidos no projeto.

No total, 26 egressas e internas da Penitenciária Feminina receberam certificado do curso de qualificação profissional em introdução à culinária e outras oito receberam certificado pelo curso de artesanato.

Representando a Secretária de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), a subsecretária de Estado da Justiça e de Administração Penitenciária, Leopoldina Amélia Barros, definiu este momento como fruto de um trabalho feito em equipe. "Em meu nome e do secretário Sérgio Tamer só tenho a agradecer aos parceiros que colaboraram com a Sejap para o desenvolvimento do projeto"

Para a ex-interna Célia Regina Costa, o curso proporcionou bem mais do que um aprendizado. "Com o curso de culinária pude aperfeiçoar o que já sabia e gostava de fazer, mas, além disso, graças ao curso consegui um emprego na cozinha da penitenciária feminina" declarou.

O juiz Douglas de Melo Martins que atualmente é coordenador do grupo de monitoramento, aperfeiçoamento e fiscalização do sistema carcerário, o curso abrirá muitas portas, pois foi dado por uma instituição de renome que é o Instituto Federal do Maranhão. "A oportunidade foi dada. Aproveitem isso e queiram sempre mais na vida de vocês", enfatizou o juiz.

Sangue novo

O novo corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, afirmou, nesta quinta-feira, que vai combater com rigor a corrupção no Judiciário.

“Procurarei desempenhar minha missão com humildade e discrição, o que não significa tolerância com os desmandos. Onde houver corrupção, a Corregedoria Nacional agirá com mão de ferro”, destacou Falcão, ao tomar posse no cargo de corregedor nacional de Justiça, em Brasília.

O ministro, que ficará à frente do órgão de fiscalização do Poder Judiciário pelos próximos dois anos, declarou que atuará com independência e direcionado ao resgate da boa imagem da Justiça brasileira.